

The background of the cover features several bright blue, glowing light trails that intersect and curve across the dark, almost black, background, creating a sense of dynamic movement and depth.

ESEG

investigação

Homenagem a Júlio Pinheiro

ESEG INVESTIGAÇÃO

**Revista Científica
da
Escola Superior de Educação da Guarda**

N.º 6 | Julho | 2008

Título: ESEG Investigação

Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

Edição Especial Homenagem a Júlio Pinheiro

Coordenação Editorial: Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Coordenador Científico: Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Comissão Científica: Professores Coordenadores e Doutores da ESEG

Coordenação Gráfica: Maria de Fátima Bartolomeu da Cruz Gonçalves

Edição: Escola Superior de Educação da Guarda

Capa: Humberto Pinto

Nota Biográfica: Isabel Augusto

Tipografia: Marques & Pereira (Guarda)

Depósito Legal: 220917/04

ISSN: 1646-1193

Tiragem: 2000 exemplares

1ª Edição: Julho | 2008

Escola Superior de Educação da Guarda

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 50 * 6300-559 Guarda * Telefone: 271 220 135 * Fax: 271 222 325 * www.esseg.pt

Os artigos são da responsabilidade dos respectivos autores e são apresentados exactamente como foram entregues na redacção.

Reservados todos os direitos. Esta publicação, não pode ser reproduzida ou transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem autorização do Editor.

Em Março de 2004, quando a *ESEG-Investigação* foi lançada, formulámos um voto: que a sua existência fosse longa. Quatro anos depois, é para nós muito gratificante apresentarmos os números 6 e 7 desta publicação, revestindo-se as páginas deste volume de um significado muito particular: a homenagem da ESEG ao Professor Doutor José Júlio Pinheiro, pelo seu notável contributo para o prestígio desta instituição.

O Professor Júlio Pinheiro desenvolveu, ao longo da sua vida, uma intensa carreira académica, reconhecida tanto em Portugal, como no estrangeiro, sobretudo em França.

Distinto professor, ilustre pedagogo, afirmou-se, quer nos cargos que ocupou quer nas actividades em que esteve e ainda está envolvido, como uma personalidade respeitada e admirada, a que não é alheio o profundo humanismo que coloca nas suas relações pessoais. O Professor Pinheiro é um exemplo na maneira de ser e de dizer, no modo de dar a ver e pensar aquilo que cada um nota e sente.

Homem de incomensurável cultura e conhecimento ímpar, o Prof. Júlio Pinheiro trouxe à ESEG uma preciosa mais-valia cultural, que se verificou não só na transmissão do saber, mas também nas obras e artigos científicos que publicou.

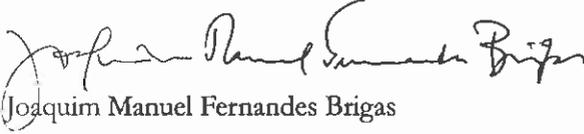
Prova disso é a *ESEG-Investigação*, que ajudou a tornar viva, à qual continua a dar colaboração, com a exigência e rigor, que lhe são distintivos.

Porém, não podemos apenas distinguir o mestre. Realçamos também o sacerdote, compromisso que sempre assumiu como aventura da inteligência para

tornar a fé presente em todos os âmbitos. A diocese da Guarda sai prestigiada com o seu trabalho.

Esta homenagem é portanto um agradecimento da ESEG ao Professor Pinheiro; uma sincera manifestação do muito que a Escola lhe deve e de um reconhecimento que não se esgota nas páginas desta publicação.

Director da Escola Superior de Educação



Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Significado de uma homenagem

A Escola Superior de Educação da Guarda toma a iniciativa de prestar esta homenagem ao Professor Doutor José Júlio Pinheiro pelos relevantes serviços prestados à Instituição enquanto qualificado académico. É com muito agrado que me associo a ela, deixando aqui o meu testemunho sobre o Homem, o Académico e o Padre que convergem, de forma singular, na sua pessoa.

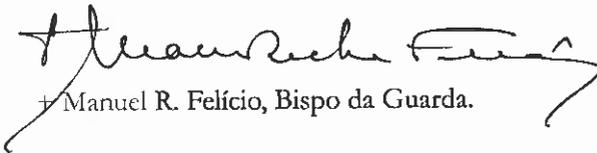
Está de parabéns o Ensino Superior Universitário que ele, com elevada competência, sempre soube servir, tanto em Portugal como no Estrangeiro. Está particularmente de parabéns a Escola Superior de Educação da Guarda, os alunos de quem ele foi professor, assim como os colegas que tiveram a dita de o acompanhar na aventura do ensino, mas sobretudo no trabalho aturado da investigação, a que o Professor Júlio Pinheiro se soube entregar sempre de forma exemplarmente dedicada. Disso são provas as muitas obras publicadas, incluindo artigos de carácter científico em revistas da especialidade.

Claro que a vida do Professor José Júlio Pinheiro não se esgotou nem se esgota no seu percurso académico, desde a formação inicial, sobretudo a universitária, com exames e provas públicas prestadas seguida dos concursos inerentes à sua expressiva carreira no Ensino Superior e Universitário, até à comprovada qualidade do ensino ministrado, com suporte na contínua investigação efectuada. Desejo, por isso, nesta hora, prestar também a minha homenagem ao Homem e ao Padre que o Professor Júlio Pinheiro foi e é. São, de facto, conhecidas as suas invulgares qualidades humanas, sempre com a marca da boa relação e da exímia atenção aos outros, assim como a sua revelada capacidade de fazer verdadeiros amigos. Verificamos que ele sabe identificar e reconhecer as qualidades dos seus amigos, mas também não lhe falta capacidade para corrigir atitudes e trajectórias

menos ajustadas no momento próprio e com sentido de oportunidade. Igualmente são do conhecimento geral os relevantes serviços que ele prestou e continua a prestar à Igreja e, por ela, à sociedade, na sua condição de sacerdote, membro de um Presbitério, que tem à sua responsabilidade a condução da vida de uma Diocese. Sabemos que ele procura dar sempre o melhor de si mesmo para, em estreita colaboração com os colegas do mesmo ministério sacerdotal, ajudar a Igreja a cumprir a sua missão de percorrer, com os homens e mulheres do nosso tempo, os caminhos do futuro. Sendo assim, no Professor Júlio Pinheiro, o Homem de singulares qualidades humanas encontrou dois importantes caminhos para se projectar em relevantes serviços à sociedade, os quais foram e continuam a ser o Académico e o Padre.

Aqui fica este nosso singelo testemunho sobre a figura do Homem, do Académico e do Padre que se concretizam, de forma singular, na pessoa do Professor Doutor José Júlio Pinheiro.

Guarda e Paço Episcopal, 2 de Junho de 2008



Manuel R. Felício, Bispo da Guarda.

Papel de Portugal para o surgimento da Literatura Infantil

Margarida Maria Alves Nabais Mateus

Com frequência se afirma que, em Portugal, a Literatura Infantil só surgiu na segunda metade do Século XIX, com nomes como Antero, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro. Contudo, há quem não partilhe da mesma opinião, considerando que Portugal contribuiu, à sua maneira, para o surgimento de uma Literatura Infantil e que efectuou um percurso, muito semelhante ao do resto do mundo. Cármen Bravo Villasante afirma:

“Una literatura tan rica como la portuguesa ofrece en muchos aspectos semejanza com el desarrollo de las literaturas europeas por lo que se refiere a la literatura infantil”.¹

No começo, a literatura que existia era, sem dúvida, uma literatura de expressão oral e popular, para todos, didáctica e moralizante, que se prolongou até meados do século XIX. Esopo, Fedro, enfim, todo o acervo medieval com as lendas, fabulários, bestiários, canções de gesta, exemplários, romances, novelas de cavalaria, relatos de viagens, foram obras que, não tendo sido escritas para crianças/jovens, eram lidas ou contadas para eles, com o objectivo de formar e recrear. Nesses tempos, a educação não estava generalizada, o livro manuscrito era muito caro e, por isso, privilégio só de alguns. Por outro lado, muitos não sabiam ler e, assim, os adultos como as crianças, só sabiam o que os livros continham, através de leitura feita em voz alta, aos serões ou, ainda, em praças

1 - Cármen Villasante-Bravo, *Historia y Antologia de la Literatura Infantil Ibero-Americana*, 1987, p. 351.

públicas, pelos jograis e versejadores ambulantes. Às nossas crianças, que viviam nas aldeias recônditas do nosso país, chegariam as histórias da chamada «literatura de corde», vendidas em folhetos, por cegos ambulantes, que as levavam presas por um cordel. A Verdadeira História da Princesa Magalona é um exemplo das muitas histórias que ficaram famosas na literatura de cordel.

Reportando-nos aos contributos portugueses, refram-se as novelas do Ciclo Bretão, o Amadis de Gaula, o Palmeirim de Inglaterra, a Crónica do Imperador Clarimundo e os Contos e Histórias de Proveito e Exemplo, livro ímpar, de Gonçalo Fernandes Trancoso, publicado, em Lisboa, em 1575. Esta obra compõe-se de histórias, provérbios e adivinhas que o autor colheu, directamente, na tradição popular portuguesa com influências da tradição árabe e, ainda, de Caravaggio e Giambattista Basile. Conforme os ditames da época é de feição moralizante. Gonçalo Fernandes Trancoso, natural da vila de Trancoso, na Beira Alta, é considerado, por muitos, o primeiro contista português. Estas obras continuam já ingredientes que, facilmente, conquistavam o interesse de adultos e crianças. É óbvio que não se fala de Literatura Infantil, mas os contos populares podem ser considerados, sem margem para dúvida, como as origens da Literatura Infantil.

No século XVII não houve participação portuguesa significativa, em termos de inovação literária. Apenas a Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, publicada em 1614, teria conteúdo para interessar os jovens com os relatos de viagens, sobressaltos, aventuras. Ainda, neste século, aparece a publicação da Vida e Fábulas do Grego Esopo, em 1603, por Manuel Lyra. Pelos dois séculos seguintes continuam, ainda, as traduções do Fabulário: às de Esopo sucedem-se as de Fedro e, depois, as de La Fontaine. No decorrer dos séculos XVII e XVIII surgem, no nosso país, várias colectâneas de adágios e provérbios: em 1640 de Frei Aleixo de Santo António; em 1651 de António Delicado; em 1707 de Fradique Espírola; em 1603, de adivinhas, o Passatempo de Francisco Lopes e outros. Nos finais do século XVIII, têm lugar as traduções de novelas e diálogos,

salientando, em 1776 a primeira tradução e edição portuguesa do *Telémaco*, de Fénelon. Constata-se, pois, que os autores portugueses não apresentam, até à data, significativa contribuição. São, fundamentalmente, as traduções de obras clássicas estrangeiras que ocupam lugar cimeiro no campo editorial português e assinalam, assim, o que foi a Literatura Infantil portuguesa, nas suas origens.

Considerando que só há literatura para crianças e jovens quando existe, de facto, uma produção com destinatário específico, isto é, para a criança, todas as obras referidas não se constituem Literatura Infantil. Estão, isso sim, na sua origem. Existem «crianças» só a partir do século XVIII, sob a influência de Rousseau, que marcou as ideias psico-pedagógicas, não só em toda a Europa, como em todo o mundo. Afirmava que a experiência real da criança não devia ser antecipada por nenhum livro, com excepção para *Robinson Crusoe*, a única obra defendida para *Émile*. O grande número de traduções nos séculos XVIII e XIX de Fénelon, Perrault, Andersen, Mme Leprince de Beaumont, Irmãos Grimm, Berquin, permitiu que surgisse, nos escritores portugueses, a intenção de escrever para crianças portuguesas, sem a marcante feição didáctico-moralizante, observada até então.

Na verdade, uma consciência que aponta para a necessidade de uma escrita dirigida à criança surge, em Portugal, com a Geração de 70. O interesse, pela criança, manifestado por intelectuais e pedagogos, em Portugal, nasceu, apenas, no fim do século XIX. Garrett, Teófilo Braga e Adolfo Coelho procedem à recolha dos romances populares que coligem e publicam. São obras literárias muito importantes, sob o ponto de vista da preservação da tradição oral e dirigem-se a um público diversificado. Eça de Queirós, comentando a situação vivida, em Inglaterra, no que diz respeito à literatura para crianças e à escassez de livros para crianças, em Portugal, escreve numa das suas *Cartas de Inglaterra*, para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, nos anos de 1880-82, sob o título *Literatura de Natal*:

“Uma das coisas encantadoras que nos traz o Natal são esses lindos livros para crianças, que constituem a «literatura de Nata». (...) Em Inglaterra existe uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e génios - em nada inferiores à nossa literatura de homens sisudos. Aqui, apenas o bebé começa a soletrar, possui logo os seus livros especiais: são obras adoráveis, que não contêm mais de dez ou doze páginas, intercaladas de estampas, impressas em tipo enorme, e de um raro gosto de edição”.

Prosseguindo nas suas críticas, fazia referência a outros países que seguiam o mesmo caminho de Inglaterra: a França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca e Suécia. E terminava: «Em Portugal, nem em tal jamais se ouviu falar».

Por esta altura (1880), as nossas crianças liam versões das fábulas de La Fontaine, Fedro e Esopo, escritas por Francisco do Nascimento e Curvo Semedo. Ainda acerca do que as nossas crianças liam, escreveu Esther de Lemos:

“Fora da escola, a criança até ao século XIX nada tinha para ler. Naturalmente houve sempre crianças precoces, capazes de devorarem cedo as bibliotecas paternas. Mas a criança vulgar, média, estava reduzida ao conto tradicional, que geralmente conhecia por transmissão oral, contado pelos velhos ou pelo simples do seu círculo familiar”.²

2 - E. Lemos, *A Literatura Infantil em Portugal*, Ministério da Educação Nacional – Direcção Geral da Educação Permanente, Lisboa, 1972, p. 10.

Apesar da preocupação expressa por Eça, é pena que não tenha posto o seu labor intelectual ao serviço da Literatura Infantil. Mas outros escritores o fizeram:

Guerra Junqueiro, em 1877, publica *Os Contos para a Infância Escolhidos dos Melhores Autores*. Para esta obra, traduziu e compilou contos tradicionais portugueses e estrangeiros. Ao referir-se às crianças, diz no prefácio:

«A alma de uma criança é uma gota de leite com um raio de luz.
Transformar esse lampejo numa aurora, eis o problema».³

Antero de Quental (1842-1891) publica, em 1883, o *Tesouro Poético da Infância*. Reúne poesias de sua autoria e de outros poetas portugueses, como Almeida Garrett, João de Deus e, ainda, do romancista popular. Na abertura da obra, com “Advertência”, apresenta algumas considerações, nomeadamente o facto de destinar o livro “exclusivamente à infância” e por estar

“Convencido de que há no espírito das crianças tendências poéticas e uma verdadeira necessidade de ideal, que convém auxiliar e satisfazer, como elementos preciosos da educação (...)”⁴

Antero de Quental, ao coligir esta obra, estava mesmo certo de que a poesia constitui ferramenta excelente para desenvolver, na criança, sentimentos do bem e do belo. Recorreu à poesia popular por considerar que:

3 - Maria Laura Bettencourt Pires, *História da Literatura Infantil Portuguesa*, Editorial Veja, Lisboa, s/d, p.79.

4 - Garcia Barreto, *Literatura para Crianças e Jovens em Portugal*, Campo das Letras, Porto, 1998, p. 27.

“O povo é uma grande criança colectiva, é o eterno infante.
Dizer popular é pois dizer infantil. Todos nos recordamos do prazer
delicioso com que escutámos na meninice os contos maravilhosos”.⁵

João de Deus de Nogueira Ramos, o maior pedagogo deste século, mas também fabulista e poeta, na sua obra *Campo de Flores*, cuja 1.ª edição é de 1893, destina um capítulo às crianças – *Fábulas*. São oito fábulas em verso: *A Cigarra e a Formiga*, *O Cão e a Presa*; *A Águia e o Corvo*, entre outras. Numa época em que quatro quintos da população era analfabeta (censo de 1896), João de Deus dedicou toda a sua vida a um trabalho empenhado, para tentar conseguir que todas as crianças tivessem, pelo menos, a instrução elementar. Em 1876, editou a *Cartilha Maternal* ou *Arte de Leitura*. Consistia num novo método global de leitura, que conduzia a criança a uma aprendizagem feita com alegria, com motivação. Do método proposto por João de Deus fazia parte, também, a *Arte de Contar* e a *Arte da Escrita*.

Em 1882, Adolfo Coelho, autodidacta e introdutor da filologia científica em Portugal, publica, no Porto, *Os Contos Nacionais para a Infância* que, em edição de 1879, haviam sido incluídos no seu *Contos Populares Portugueses*. Transcreve-se uma passagem do prefácio:

“(…) fica realizado um desejo há muito expresso pelos homens que conhecem o valor destas coisas. Portugal deixa de ser uma excepção com relação ao interesse que nos outros países de língua românica se vai desenvolvendo pelos contos populares, em virtude de um movimento nascido na Alemanha com a publicação dos «Kinder und Hausmärchen» pelos irmãos Grimm (1812-1814), comunicado aos países escandinavos, à Rússia, à Inglaterra e mais tarde à Itália e à França”.⁶

5 - Maria Laura Bettencourt Pires, *História da Literatura Infantil Portuguesa*, já citado, p. 79.

6 - Garcia Barreto, *Literatura para Crianças e Jovens em Portugal*, já citado, pp. 27-28.

Da obra fazem parte contos como: *A Moura Encantada*; *O Príncipe Sapo*; *O Príncipe com Orelhas de Burro*; a *História da Carochinha*. Em 1883, Adolfo Coelho edita *Jogos e Rimas Infantis*.

Teófilo Braga, em 1883, publicou a colectânea *Contos Tradicionais do Povo Português* com um estudo da novelística em geral. Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), em colaboração com o poeta Gonçalves Crespo, seu marido, procede à compilação de um conjunto de contos de Grimm e Andersen num livro intitulado *Contos para os Nossos Filhos*. No prefácio, os autores explicavam que os contos eram escolhidos «na vasta literatura do Norte, (Norte da Europa) tão rica em tudo e tão rica neste género». E acrescentavam: «(...) Tem em mira este livro o que em Portugal têm tido poucos livros: divertir as crianças».⁷ Esta escritora evidencia um forte interesse e empenho pelos problemas da educação como testemunham outras obras suas: *Mulheres e Crianças* (1880) e *As Nossas Filhas – Cartas às Mães* (1904), em que dava conselhos às mulheres sobre educação.

Como pioneira não se pode deixar de salientar, também, a escritora Rita Chiappe Cadet, com os seus *Contos da Mamã* (1883), *Flores da Infância* (1880) e um número significativo de pequenas peças de teatro, para crianças, sendo, na sua maioria, comédias em um acto. Nos últimos anos, do século XIX, assiste-se à revelação de escritores, cujo trabalho será determinante na literatura infanto-juvenil, nas primeiras décadas do século XX. Refira-se Virgínia de Castro e Almeida e Ana de Castro Osório. À primeira pertencem obras como *A Fada Tentadora*, com edição em 1895, seguindo-se-lhe, em 1907, *Céu Aberto*, *Em Pleno Azul* e *Terra Bendita*. Nos primeiros anos da República publica, ainda, em 1911, *Pela Terra e Pelo Ar* e, em 1913, *As Lições do André*. Também, a *Colecção Biblioteca para Meus Filhos*, merece referência especial. A Ana de Castro Osório muito ficou a dever a literatura infanto-juvenil. A sua actividade literária não se resume a

7 - Idem, *ibidem*, p. 28.

originais seus, pois desenvolveu um importante trabalho de adaptação de textos. Publicou séries de contos tradicionais em fascículos, coligindo obras de Grimm e Andersen, contos tradicionais portugueses e alguns originais seus, reunidos sob o título *Para as Crianças*. Escreveu, ainda, outros livros, de carácter patriótico e educação cívica como: *A Minha Pátria*, em 1906, *Uma Lição de História*, em 1909, *De Como Portugal foi Chamado à Guerra*, *História para Crianças* em 1919 e a *Colecção Biblioteca para Meus Filhos*. Da sua vasta obra destaca-se, ainda, *Teatro Infantil* e duas novelas de aventuras.

Com a implantação da República é notória uma grande preocupação e interesse pela literatura para crianças que, em abono da verdade, começara a manifestar-se, já, em finais do século XIX. Estamos, pois, em presença de anos muito ricos para a Literatura Infantil. Também, nesta altura, foram tomadas medidas no sentido do alargamento da alfabetização, a rede escolar foi expandida e a escolarização contou com todo o apoio. Era necessário melhorar o nível sócioeducativo das crianças e jovens. Fala-se de um tempo de esperanças onde a leitura destinada às crianças ocupava um lugar de destaque. Ainda, neste período, não se pode esquecer uma personalidade literária de significativo vulto como Afonso Lopes Vieira. Não sendo seguidor de escolas literárias, a sua atenção dirigia-se muito à História de Portugal e aos temas nacionais. Em 1911, é editada a obra *Animais Nossos Amigos*; o Conto do *Amadis de Portugal Para os Rapazes Portugueses*. Em 1912, publicou, em verso, *Bartolomeu Marinheiro* e, ainda, *Canto Infantil*, musicado por Tomás Borba. Continuando, num tempo, em que abundam as traduções, adaptações e versões de obras tradicionais e estrangeiras, faz-se questão de referir Maria Sofia de Santo Tirso em que é meritória a sua originalidade, isto é, obra sua. *Alegre-a-Linda*, *Outros Contos para as Crianças de Portugal* e *A Boneca Cor-de-Rosa* são algumas das suas histórias. Ainda outros nomes do período da República: Emília de Sousa Costa e Maria Paula de Azevedo. Antes, porém, de encerrar esta época, impõe-se um nome que iniciou, ainda muito jovem, a sua actividade literária, nos últimos anos da Monarquia, prosseguiu pela República e entrou no Estado Novo.

Trata-se de Henrique Marques Júnior, um dos primeiros escritores portugueses para crianças, juntamente com Ana de Castro Osório. Em 1896, na revista *Branco e Negro*, publicou um conto infantil, sendo o seu primeiro trabalho. Sobre Literatura Infantil deu a conhecer o que de melhor se fazia no estrangeiro, desenvolvendo um trabalho incansável e de elevado valor, traduzindo, adaptando e coligindo muitas obras. Na *Biblioteca das Crianças* (1898 e 1910) aparecem traduções suas de Perrault, Grimm e Andersen com a colaboração de Teófilo Braga, D. João de Castro, Sousa Viterbo, D. Carolina Michäelis de Vasconcelos, Albino Forjaz de Sampaio e Gomes Leal. Para além de tradutor e escritor (escreveu originais e peças de teatro), foi um grande investigador de Literatura Infantil. O seu valioso livro – *Algumas Acheias para uma Bibliografia Infantil* –, publicado em 1928 pela Biblioteca Nacional, atesta o rigor, a importância e o esforço aturado de um trabalho de pesquisa na área da Literatura Infantil. As informações que contém faz da obra um “documento” precioso, especialmente para quem se interessa pelo estudo da nossa Literatura Infantil. Fez um levantamento sobre tudo o que se publicara, até então, incluindo os fabulários, o teatro e os jornais para crianças. Diz o autor, no prefácio da sua obra, referindo-se à Literatura Infantil em Portugal: «Só há uma certa temporada para cá, aí desde fins do século XIX, é que algo se tem feito com maior intensidade».

Os anos vinte foram anos de lançamento de numerosas obras, algumas das quais de elevada qualidade. Como exemplo, cita-se Aquilino Ribeiro, com o seu *Romance da Raposa* e outras e António Sérgio com as suas adaptações de lendas e contos tradicionais. A par destes, aparecem ainda Carlos Selvagem, Jaime Cortesão e Fernanda de Castro.

Porém, os anos trinta têm cenário bem diferente, com a ditadura do Estado Novo (1926-74), que mata os sonhos dos republicanos, nomeadamente ao nível do ensino e da cultura e, conseqüentemente, no campo da literatura infanto-juvenil. O panorama editorial de livros para crianças sofreu reverses nas décadas de 30 e 40, devendo-se, em grande parte, a dois acontecimentos que abalaram

o mundo inteiro: o colapso da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a Segunda Grande Guerra (1939- 1945). A estes acontecimentos acrescentam-se outros, de natureza interna, que se prendem, por um lado, com a crescente expansão do regime Salazarista e, por outro, com a crescente expansão da imprensa, rádio, cinema e banda desenhada, que despertam a curiosidade e admiração de todos, principalmente dos mais jovens: histórias com movimento e som, com desenhos e pouco texto, que facilitam a leitura, os heróis de verdade, isto é, de carne e osso. Estamos em presença de uma máquina que ninguém conseguirá parar, nem mesmo os mecanismos repressivos do Estado. Este sistema governativo, consagrado a partir da entrada em vigor da “Constituição de 1933”, sob a tutela de Salazar, caracterizava-se por um forte autoritarismo do Estado que condicionava as liberdades individuais ao interesse da nação. Defendia tudo o que era genuinamente português e respeitava as tradições nacionais. Entre 1930 e 1937 são impostas novas directrizes no âmbito da Educação: as classes infantis são extintas nos estabelecimentos de ensino oficial, reduz-se a três anos a escolaridade obrigatória e são encerradas as Escolas do Magistério Primário. Neste período, até as Classes Infantis Particulares são raras. Há todo um contexto desfavorável ao desenvolvimento da ficção de autoria nacional, pelo que se regista significativo abrandamento na sua produção. Contudo, obtêm progresso os jornais, páginas infantis, emissões radiofónicas e de teatro radiofónico para crianças. Mas se umas ideias ficam por terra e outras se acomodam aos novos tempos, também é verdade que muitas há que aceitam as dificuldades como desafios e seguem em frente. É o caso do grupo de intelectuais «Grupo da Biblioteca Nacional» – Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Jaime Cortesão – e o aparecimento de outros novos autores que escrevem e publicam obra, cujo valor irá perdurar: Fernanda de Castro, José de Lemos, Virgínia Lopes Mendonça e Olavo d’Eça Leal. Em 1930, Raul Brandão e Angelina Brandão, sua mulher, escreveram, para as crianças, *Portugal Pequeno*. *A Viagem Maravilhosa de Nils Olgersson Através da Suécia*, obra de Selma Lagerlof, exerceu grande influência nestes autores que quiseram escrever algo que se lhe

assemelhasse. Porém, ficaram frustradas as expectativas não podendo, sequer, ser considerada literatura infanto-juvenil. Virgínia de Castro e Almeida prossegue a sua actividade literária, assim como Emília de Sousa. Contudo, de entre estes escritores e outros não referenciados, não podemos esquecer Adolfo Simões Müller, expoente máximo desta época.

Nos anos trinta, quarenta, conta-se, ainda, com a presença de outros autores igualmente importantes, que se interessam em escrever para crianças. É de realçar o trabalho de Fernanda de Castro, Pires de Lima, Branquinho da Fonseca, Carlos de Oliveira e José Gomes Ferreira e o poeta António Botto que, já em 1912, publicara *O Barco Voador*, regressa com *O Meu Amor Pequeno* em 1933 e edita, em 1942, *Os Contos de António Botto para Crianças e Adultos*. Com o despontar do neo-realismo, nos anos quarenta, o nacionalismo que o Estado Novo soube explorar, foi reforçado com a valorização da literatura tradicional. A sua defesa, preservação e divulgação, conferindo-lhe «valor educativo, ensinamento moral, valor pedagógico», constituem um investimento ideológico do Estado Novo. O mundo rural é apresentado como lugar seguro para a virtude e a moralidade, já que a fonte de grandes males para a sociedade se encontrava na cidade urbana e industrial. Contudo, há a intenção de promover a aproximação do povo da cidade e da cultura do povo rural, apresentando-se, este, como modelo, por excelência. Assim, incrementou-se o ressurgimento de aspectos interessantes da vida da cidade como sejam as marchas populares, realizadas em Lisboa, pela primeira vez, em 1932 e, a partir de então, das festas de Lisboa e Porto faziam parte outras actividades como arraiais, touradas, bandas, marchas e ranchos populares. Outra vertente do ideário nacionalista ligada à grandeza histórica do país e à dimensão civilizadora dos portugueses – espírito imperialista – tinha a sua expressão no folclore, nas paradas e desfiles militares e, ainda, nas grandes Comemorações do Duplo Centenário da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência. Interessa sublinhar que, nestas festividades, incentivadas, especialmente, ao longo dos anos quarenta e cinquenta, encaixa o desabrochar de um certo tipo

de literatura – canções, quadras, provérbios, contos, romances, especialmente ligados à ruralidade e aos seus rituais: romarias, arraiais, grupos de folclore, serões passados à lareira, trabalhos no campo acompanhados de cantares.

De meados da década de trinta até ao final da segunda Grande Guerra, os anos foram difíceis. Quando esse grande conflito terminou nasceram, internamente, expectativas de mudança. O Estado Novo depressa, porém, deitou essas esperanças por terra, porque tudo piorou. Sentindo a necessidade de controlar a produção cultural, pois receava que os criadores de obra pudessem pôr em causa o regime, criou mecanismos repressivos que garantissem o controlo da sociedade portuguesa, bem como a continuidade do regime: a Censura e a polícia política (P.I.D.E.). A Censura à imprensa foi instituída em Junho de 1926. Mantida, desde então, foi-se estendendo, progressivamente, aos outros meios de comunicação: o teatro, o cinema, a rádio, a televisão. Os livros que fossem considerados perigosos ao Regime podiam ser retirados do mercado por ordem das autoridades. Jornais e livros estrangeiros, também, podiam ser confiscados ou impedidos de entrar no país. Compreende-se, facilmente, que, ao nível dos autores e, também, dos empresários e jornalistas, a censura trouxe, como consequências, uma autocensura constante e a maior cautela na produção de matérias, pois ela ditava as regras sobre tudo o que se publicava. A Mocidade Portuguesa, instituição do Regime, edita jornais, revistas, banda desenhada, livros e teatro infantil, no sentido de controlar a acção cultural juvenil. Entretanto, o cinema desenvolve-se como “outra forma de cultura”, aperfeiçoa-se e ganha muitos adeptos. Invadem o nosso mercado obras para crianças, ilustradas, de autores estrangeiros, a preços mais baixos. A qualidade dos textos e ilustração assumem uma importância cada vez maior. Vários são os escritores portugueses que, na década de cinquenta, se interessam pela literatura infanto-juvenil, alguns dos quais com obra feita no domínio da prosa e poesia. Ilse Losa, Ricardo Alberty, Matilde Rosa Araújo, Sophia de Mello Breyner Andersen, Patrícia Joyce, Lília da Fonseca, Maria Isabel de Mendonça Soares, Arthur Lambert da Fonseca,

Margarida Castel-Branco, Irene Lisboa, Alice Gomes, Odette de Saint-Maurice, Sidónio Muralha, Papiniano Carlos, Maria Rosa Colaço, Maria Alberta Menéres, António Torrado, Luísa Ducla Soares, Madalena Gomes, Manuel Ferreira e Mário Castrim são nomes que fazem parte da «nata» de escritores que muito contribuíram para o enriquecimento da literatura infanto-juvenil portuguesa, durante o período de vigência do Estado Novo.

As décadas do pós-guerra, os anos cinquenta e sessenta apresentam alterações que provocarão algumas mudanças na Literatura Infantil: alterações no esquema pedagógico, transformações a nível social, no meio familiar, com modificação dos modelos de vida provocados pela guerra. A mulher era remetida a um papel passivo, sob o ponto de vista económico, social, político e cultural. É seu dever ser esposa obediente e mãe sacrificada, virtuosa e dedicada aos filhos. A Igreja foi ascendendo discreta e prudentemente. Em 1940, foi criada a Concordata que celebrou um compromisso entre o Regime e a Igreja. Aboliu-se o divórcio e a religião católica passou a ser a religião da Nação Portuguesa. A partir de 1945 são notórios os sinais de enfraquecimento na força do Regime e a Igreja, pouco a pouco, com muita prudência, passa a ser a base ideológica mais segura do Estado Novo. O fenómeno de Fátima, analisado ao nível da religião popular, retém, em si, as duas ideologias que sustentam a sobrevivência do Regime: catolicismo e anticomunismo.

Na década de sessenta têm lugar importantes alterações, a nível pedagógico, favorecedores do aumento das publicações: a escolaridade obrigatória passa de três para quatro anos, também para as raparigas, passando, em 1964, para seis anos e surge, em 1968, o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário. A escola exerce uma influência de suma importância no incremento da leitura, incentivando a leitura extra-escolar, que é reforçada e beneficiada pela acção das bibliotecas fixas e itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian.

É importante referir que começa a ser valorizada a dimensão da fantasia e do irreal para a imaginação da criança e, por conseguinte, para o seu desenvolvimento,

bem patente no Prefácio de *Seleção de Contos Populares para Crianças* (II Série), por Pires de Lima, em 1957. Mais tarde, em 1960, no Prefácio a *História que o Povo Conta*, entende o interesse pela «Literatura oral» como «uma ciência que é fundamental para o estudo dum povo e duma raça». Existem duas publicações periódicas a testemunhar dois movimentos estético-literários: a revista *Presença* e a revista *Seara Nova*. A *Presença* publica-se entre 1927 e 1940. A *Seara Nova* publica-se entre 1921 e 1979. Segundo alguns estudos feitos ao percurso da revista *Presença*, é no n.º 40 (Dezembro de 1933) que, pela primeira vez e, afinal, única, se encontra incluído um texto recolhido da tradição oral «em Freixeda, Almeida – Guarda, pertencente à obra de Afonso Duarte: o *Ciclo do Natal na literatura Oral Portuguesa*. Trata-se de *O enxoval do menino*». Queremos, também, realçar que António Botto constitui o último testemunho do interesse pelos textos recolhidos da tradição oral, no n.º 46 (Outubro de 1935) no texto «Justiça», onde o leão, o burro, a cabra, o lobo e a ovelha intervêm como personagens e cuja construção é feita como se de uma fábula se tratasse.

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, muitos autores da década de cinquenta regressam com novos trabalhos. O momento que se vivia era de grande esperança. Escritores como Matilde Rosa Araújo, Ilse Losa, Maria Rosa Colaço e de poetas como Sophia de Mello Breyner, Maria Alberta Menéres, António Torrado ou Sidónio Muralha voltam a estar presentes com obras de qualidade, como já era habitual. A Literatura Infantil portuguesa conhece uma nova época onde, apesar da invasão do nosso mercado pela concorrência das traduções estrangeiras, vai prosseguindo com êxito. Na década de setenta é abolida a censura e o estudo da literatura é introduzido nas Escolas do Magistério Primário, dando lugar à realização de cursos, colóquios, sessões de esclarecimento. Tudo isto conduz a um incremento das publicações e o aparecimento de novas colecções, muitas delas apresentando, só, escritores portugueses. A década seguinte, 1980, é beneficiária dos acontecimentos anteriores. Regista-se uma intensa actividade que o Ano Internacional da Criança (1979) promoveu. Realizam-se colóquios, encontros, acções, encontros entre crianças, ilustradores e autores. A rádio e televisão, também, participam nestas

movimentações, apresentando programas para a Infância. Toda a movimentação que o Ano Internacional da Criança gerou, bem como as alterações efectuadas ao nível do ensino, constituem a «herança valiosa» para os anos do início da década de oitenta.

A Fundação Calouste Gulbenkian atribui, pela primeira vez, em 1980, os Prémios Gulbenkian de Literatura para Crianças, um conjunto de prémios, neste sector, de grande vulto. Abrangia um prémio para o conjunto da obra de um autor devotado a este género e, ainda, prémios para o melhor texto e a melhor ilustração, do biénio anterior, e para um original que apresentasse características de revelação. Também a Secretaria de Estado do Ambiente atribui prémios a obras com objectivos ecológicos. A Editorial Caminho abre um concurso de originais comemorativos do Ano Internacional da Criança. A Direcção Geral do Ensino Básico e a Fundação Calouste Gulbenkian promovem uma série de Encontros, que se foram realizando todos os anos, contando, por vezes, com a participação de especialistas estrangeiros – Raoul Dubois em 1980 e Denise Escarpit, em 1982. A secção portuguesa do «International Board on Books for Young People» (IBBY) intensifica as acções com exposições, sessões em escolas e a abertura de um centro de investigação, que conta com uma colecção muito valiosa de livros e jornais. Também as Escolas e outras instituições tomam a iniciativa de promoverem os contactos das crianças com escritores e ilustradores. São momentos de convívio muito importantes, pois o jovem leitor tem a oportunidade de descobrir, nos autores, pessoas de verdade, isto é, reais e contemporâneos. A Radiotelevisão Portuguesa e a Radiodifusão Portuguesa apresentam programas sobre livros para crianças. O panorama literário nestes primeiros anos da década de oitenta revela-se, presumivelmente, promissor. Aumenta o número de novos escritores, os consagrados mantêm a produção, tanto em texto como em imagem. Segundo uma evolução influenciada pelos modelos europeus, a literatura para crianças tem registado um movimento em ascensão até aos nossos dias, sendo desejável que as nossas crianças disponham de livros de qualidade, lugares e tempo para os lerem, oportunidades para seleccionar e rejeitar.

Bibliografia

Cármén Villasante-Bravo, *Historia y Antología de la Literatura Infantil Ibero-Americana*, 1987.

E. Lemos, *A Literatura Infantil em Portugal*, Ministério da Educação Nacional – Direção Geral da Educação Permanente, Lisboa, 1972.

Garcia Barreto, *Literatura para Crianças e Jovens em Portugal*, Campo das Letras, Porto, 1998.

Maria Laura Bettencourt Pires, *História da Literatura Infantil Portuguesa*, Editorial Veja, Lisboa.

Sá Domingos Guimarães de, *A Literatura Infantil em Portugal – Achegas para a sua História*, Edição do Editorial Franciscana, Braga, 1981.

Salaverria, cit. por Manzano, M.G., *El Protagonista – niño en la literatura infantil del siglo XX*, S.A. de Ediciones, Nancea, 1987.

Soriano Marc, *Guide de la Littérature pour la Jeunesse*, Flammarion, Paris, 1975.